
Usos e abusos da palavra “vandalismo” na cobertura das manifestações de junho de 2013 pelo jornal “O Globo”: um enquadramento estigmatizante¹

Carolina Barreto da Silva Gaspar²

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

RESUMO

O presente artigo se dedica a fazer uma análise da maneira como o jornal *O Globo* utiliza a palavra “vandalismo” e suas variações na cobertura das manifestações de junho de 2013. Nesse sentido, seguimos na esteira da filósofa Marie-Jose Mondzain (2014), que faz exercício semelhante a respeito do uso da palavra “terrorismo”. A idéia é perceber, à luz da teoria do enquadramento (PORTO, 2002), que tipo de representação o jornal constrói acerca das manifestações que sacudiram centenas de cidades do país em junho de 2013.

PALAVRAS-CHAVE: vandalismo; manifestações; cobertura; junho de 2013; enquadramento.

Junho de 2013: uma explosão nas ruas brasileiras

“O gigante acordou”. Em que pesem as justas problematizações que possam ser feitas a respeito da frase que virou bordão nas cidades brasileiras em junho de 2013, é preciso reconhecer que aquele momento marcou a maior mobilização de massas da história recente do país. Em poucos dias, a luta contra o aumento do preço das passagens de ônibus iniciada pelo Movimento Passe Livre em São Paulo cresceu enormemente e se nacionalizou. Junto com o tamanho e alcance das manifestações, ampliou-se também o espectro das reivindicações

Toda essa mobilização está relacionada à piora da qualidade de vida nas cidades brasileiras, que se deve a um processo bem descrito por Carlos Vainer:

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Mídia e Cotidiano pelo PPGMC/UFF, e-mail carol.barreto85@gmail.com.br

...sob a égide do Consenso de Washington, a cidade passa a ser investida como espaço direto e sem mediações da valorização e financeirização do capital. Concebidas enquanto empresas em concorrência umas com as outras pela atração de capitais (e eventos, é óbvio), as cidades e os territórios se oferecem no mercado global entregando a capitais cada vez mais móveis (foot loose) recursos públicos (subsídios, terras, isenções). (VAINER In Cidades rebeldes, 2013, p. 37)

Os governos recuaram com relação ao aumento do preço das passagens, mas isto não foi capaz de refrear os ânimos dos manifestantes. Símbolos do poder político e econômico foram alvo da fúria das ruas; a polícia precisou fugir de manifestantes em certas ocasiões, o que não se via há décadas; repórteres de meios de comunicação comerciais foram hostilizados nos atos; a popularidade de diversos governantes simplesmente despencou. Tudo isso em poucos dias.

Esse processo inscreve o Brasil na rota das mobilizações de massa que sacudiram o mundo a partir de 2011. Tudo começou na Primavera Árabe³. Depois, vieram os Indignados da Puerta del Sol em Madri e o Occupy Wall Street em Nova Iorque.

Os governos tiveram muita dificuldade de dar respostas adequadas às questões colocadas pelas ruas. Isto porque “o sistema não está só quebrado e exposto, mas também é incapaz de qualquer outra resposta que não a repressão” (HARVEY In Occupy 2012, p. 64).

Se referindo às manifestações ocorridas no exterior em 2011, Emir Sader vai além, afirmando que as respostas dadas pelos governantes à crise só a aprofundaram:

Ao salvar os bancos – ação que detonou a crise e foi seu epicentro – os governos acreditaram que salvariam as economias e os países. Os bancos se recuperaram, mas as economias e os países ficaram abandonados. Por isso, a crise voltou como bumerangue... (SADER In Occupy, 2012, p 83-84)

Antecedentes

A crise estrutural do sistema capitalista inaugurada em 1973 faz com que se amplie enormemente o processo de financeirização do capital (ANDERSON, 1995). Enfraquecidos, os governos nacionais se mostram impotentes para impor limites à

³ Onda de protestos que ocorreu no Oriente Médio entre o final de 2010 e o ano de 2011. Ao longo desse período, ocorreram revoluções na Tunísia e no Egito, grandes manifestações na Argélia, Bahrein, Omã e Iêmen e uma guerra civil – que ainda não chegou ao fim – na Síria.

especulação financeira. O resultado disso é a grande crise econômica que se instaura a partir de 2008, levando à falência bancos e grandes empresas. Esta é a ordem social em que, segundo Zizek,

O destino de todas as camadas da população, e por vezes de países inteiros, pode ser decidido pela dança especulativa solipsista do capital, que persegue seu objetivo de lucratividade com uma indiferença abençoada em relação ao modo como seu movimento afetará a realidade social. (ZIZEK, 2012, p. 45)

O comportamento dos governos diante da crise foi utilizar grandes somas de fundos públicos para salvar os bancos e empresas falidos. Enquanto isso, o desemprego crescia em muitos países e direitos sociais eram ainda mais restringidos.

Há uma desregulamentação global e perda de direitos sociais em nome da “flexibilização” que amplia a nova camada social precarizada concentrada nos mais jovens. Esses jovens indignados da Europa, assim como os insurretos shabab (“jovens”) do mundo árabe, são os que despertaram uma nova euforia política num mundo dominado pelos ideais de individualismo, de perpétua continuidade do cotidiano e de carência de projetos coletivos para o futuro. (CARNEIRO In Occupy, 2012, p. 13).

É nesse caldo de precarização e crise que florescem movimentos como os Indignados da Puerta del Sol, a Primavera Árabe e o Occupy Wall Street. No Oriente Médio, é importante considerar também como catalisador fundamental da revolta o combate a ditaduras que, no poder há décadas, não foram capazes de oferecer respostas satisfatórias às necessidades de seus cidadãos.

E no Brasil? O que seria capaz de explicar uma eclosão tão grande de protestos num país em que a crise econômica internacional até o momento nem de longe teve os mesmos impactos? Vivíamos em 2013 um período anterior à crise econômica, ainda marcado pelo aumento do número de empregos formais, diminuição dos índices de miséria e aumento da capacidade de consumo da população. Então, qual a razão para tamanha revolta?

as cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas. (...) A vida nas cidades brasileiras piorou muito a partir dos últimos anos da década passada. (MARICATO In Cidades Rebeldes, 2013, p 19-20)

Maricato afirma que a piora das condições de vida nas cidades do país se deve a fatores como desigualdade social, flexibilização de legislações urbanísticas, especulação

imobiliária, expulsão dos pobres para áreas ainda mais periféricas, despejos violentos, preparação para sediar megaeventos esportivos e piora da mobilidade urbana.

Seja como for, a verdade é que milhares foram às ruas de diversas cidades do país em junho para reivindicar, além da diminuição das tarifas do transporte, serviços públicos de qualidade e o fim dos gastos exorbitantes e medidas autoritárias tomadas no processo de preparação do Brasil para sediar a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Apesar da importância das redes sociais hoje, a maior parte da população brasileira ainda se informa por meio das mídias tradicionais. O tratamento editorial que a imprensa comercial brasileira deu às manifestações de junho foi conservador, ainda que tenha se modificado em algum grau ao longo do tempo. Os jornais deram grande destaque à violência nos protestos – sempre que esta se dirigiu contra o patrimônio. A truculência policial e o espancamento de militantes de partidos políticos não foram objeto do mesmo tipo de condenação pelos jornais. Conforme afirma Raquel Paiva,

A permanência da violência como linguagem e sistema gerado pelo poder hegemônico tem-se situado geralmente, ao longo da história da civilização, na esfera do “entendimento comum”. São assim consentidos, porque se naturalizam sistemas de manutenção da ordem, e acabam se tornando praticamente imperceptíveis as funções de controle social por trás do monopólio legal da violência. Entretanto, atualmente, em virtude da nova conformação social, em que basicamente a mediação é substituída pela midiática, a violência transforma-se ao mesmo tempo em espetáculo – já que regido pela lógica midiática – e esquema de contraposição adotado pelos grupos minoritários. (PAIVA, 2005, p. 17)

A exemplo do que ocorrera na ditadura militar, a cobertura midiática das manifestações de junho de 2013 foi conservadora, pautada numa lógica autoritária. Vale lembrar que a grande concentração da propriedade da comunicação no Brasil é herança do período ditatorial.

O uso da palavra “vandalismo” e suas variações na cobertura das manifestações de junho de 2013 realizada pelo jornal *O Globo*

Segundo o dicionário, a palavra “vandalismo” é um substantivo masculino que significa: “1. Ação própria dos vândalos (“povo”), que consiste em atacar produzindo ruína, devastação, destruição. 2. Ato ou efeito de produzir estrago ou destruição de monumentos ou quaisquer bens públicos ou particulares, de atacar coisas belas ou valiosas, com o propósito de arruiná-las.” Achamos por bem trazer à baila o significado

da palavra, uma vez que ela e suas variações são largamente utilizadas pelo jornal *O Globo* para descrever o que acontecia nos protestos de junho de 2013. O tom de criminalização das manifestações prevalece na cobertura, embora haja momentos de suavização deste traço com vistas a não perder contato com seu próprio público, que começava a questionar a cobertura feita pelo jornal. Com o advento das redes sociais e o surgimento de coletivos como a Mídia Ninja, a narrativa dos grandes veículos de comunicação passa a enfrentar concorrência, o que gera questionamentos.

Não é de hoje que movimentos sociais reclamam da cobertura feita pelos grandes jornais – e notadamente pelo jornal *O Globo* – acerca das manifestações de rua. As queixas são variadas, mas uma das principais delas certamente se refere à maior atenção dada a efeitos colaterais dos protestos do que às causas que os inspiram. Quando observamos a cobertura feita pelo jornal *O Globo* com relação às manifestações de junho de 2013, é possível ver isto claramente. Numa análise do que saiu no jornal entre os dias 07 e 21 de junho, período em que ocorreram as maiores manifestações, observamos que essa cobertura se modifica ao longo do tempo, mas o traço da criminalização permanece sempre presente, de um modo ou de outro. A palavra “vandalismo” e suas variações desempenham papel chave nesse cenário.

Para começar a materializar o que estamos falando, vale analisar parte dessa cobertura. Em seu início, ela era essencialmente centrada nos efeitos colaterais dos protestos, chegando mesmo a invisibilizar suas causas. É o que vemos na edição do dia 12 de junho. Na capa, sob o título “Rebeldia e vandalismo”, aparece a manchete “A marcha da insensatez”. O texto dá conta dos prejuízos e depredações causados pelos protestos e fala que os manifestantes “deixaram um rastro de vandalismo”. A foto traz a imagem dos jovens detidos pela polícia por danos ao patrimônio, numa perspectiva aberta de criminalização daquelas manifestações de rua. Em manchete logo abaixo, se lê: “Em São Paulo, houve quebra-quebra em mais um dia de protestos”. Não há dúvida: o foco são os distúrbios causados pela manifestação.

Já na página 11, sob o título “Patrimônio atacado”, a manchete crava: “Vandalismo sem causa”. Destacam-se três fotos mostrando depredações que foram consequência da noite de protestos e o olho da matéria, em que as aspas de um jornalista dizem: “Foi triste assistir a esses garotos destruindo tudo que encontravam pela frente”. A matéria cumpre o que já anuncia em sua manchete, reduzindo o movimento a um vandalismo sem causa. A palavra “vândalos” é usada duas vezes ao se referir aos manifestantes. Os

parágrafos iniciais descrevem os danos ao patrimônio causados pelo protesto. Nenhuma menção, no entanto, ao que os originou, razão pela qual parecem definitivamente sem causa. A versão dos manifestantes, que acusaram a PM de ter causado os danos ao patrimônio, só aparecerá a partir do 6º parágrafo do texto, encerrado com informação sobre a detenção de participantes da manifestação. O tom da matéria é todo de condenação àquilo que o próprio jornal classifica como “vandalismo sem causa”.

No entanto, a violência policial desmedida empregada na repressão aos protestos em São Paulo fará com que a adesão a eles cresça enormemente em todo o país. Com o auxílio das redes sociais e de coletivos como a Mídia Ninja, a população passa a ter acesso a narrativas alternativas sobre o que acontecia nas manifestações. Cresce o questionamento à cobertura feita pela imprensa comercial. Diante desse cenário, *O Globo* modifica a abordagem. Símbolo dessa mudança é a adoção do chapéu “Um país que se mexe” em substituição a “Tensão urbana” no acompanhamento das matérias sobre as manifestações, que acontece na edição do dia 18 de junho. Nessa data, o jornal traz matéria sobre a manifestação no Rio, aberta com foto do protesto, mostrando as pessoas com suas faixas e cartazes. A manchete diz “‘Primavera carioca’ leva multidão de manifestantes ao centro”. Diferente das anteriores essa matéria já começa num tom de exaltação da passeata, definida como “grandiosa e plural”. A reportagem afirma que os manifestantes transformaram a Avenida Rio Branco num “tapete humano” e que havia “gente de todas as idades, a maioria vestida de branco para marcar o tom pacífico da manifestação”. É curioso que justamente no dia em que se registrou talvez o maior episódio de “vandalismo” nos protestos do Rio de Janeiro, com direito a policiais sitiados na ALERJ, lojas depredadas e carros ardendo em chamas, a descrição de tudo isso tenha sido reduzida a uma breve frase no final do primeiro parágrafo: “No final, porém, um incidente foi provocado por um grupo que tacou pedras no prédio da Assembléia Legislativa do Rio, quebrando janelas e lustres, ateou fogo num carro.” Não há sequer menção ao termo “vandalismo” ou “vândalos”, tão comum em matérias anteriores. Há uma mudança de tom na cobertura, visível também nas fotos escolhidas para ilustrar a matéria: nenhuma delas retrata as depredações nas cercanias da ALERJ. Uma delas traz a imagem de manifestantes com cartazes com dizeres bastante inofensivos, o que inclusive é registrado na legenda: “manifestantes expressavam desejos de paz e uma sociedade melhor.”

Apesar do tom mais ameno neste dia, a palavra “vandalismo” e suas variações seguem aparecendo nas páginas do jornal para se referir aos protestos das datas seguintes. No dia 20 de junho, data das maiores manifestações registradas no período, um pequeno editorial publicado no segundo clichê, intitulado “Banditismo”, diz, na página 8: “Vândalos e saqueadores precisam ser tratados como criminosos que são. Nas manifestações, os governos não podem recuar na proteção ao patrimônio público e privado. Está claro que essas turbas nada têm a ver com o saudável ressurgimento da mobilização política nas ruas. Os erros cometidos pela PM na semana passada parecem ter tornado tímidas as autoridades diante da violência desses grupos. Não devem.” O jornal endossa, assim, um endurecimento da repressão ao “vandalismo”.

O caminho está aberto para a volta da criminalização mais clara das manifestações, bem expressa na capa da edição do dia 21 de junho. Nela, vemos a manchete “Sem controle”. Há duas fotos: uma mostra grupo que ateou fogo ao Palácio do Itamaraty e outra, manifestantes com bandeiras do Brasil brigando com militantes de partidos políticos. O texto começa afirmando que a manifestação do dia 20 foi a mais violenta até agora. Em seguida, trata da hostilidade a partidos políticos nos atos e fala do adiamento de viagem da presidente ao Japão. Registra-se o uso dos termos “vandalismo” e “grupos de radicais”. O tom da cobertura volta a ser o de redução dos protestos ao “vandalismo”.

É interessante notar que, ao longo de duas semanas de cobertura e dezenas de matérias publicadas, apenas duas faziam referência de maneira mais detida à causa por trás dos protestos: uma delas falava da cidade de Porto Real, município do Rio que tem tarifa zero, uma das principais bandeiras das manifestações. A outra dava conta da caixa-preta da Fetranspor, federação que administra o transporte por ônibus no Rio de Janeiro. A opção por falar mais dos efeitos do que das causas das manifestações não se dá por acaso e é nesse sentido que a palavra “vandalismo” é empregada na cobertura feita pelo jornal *O Globo*: o objetivo é buscar um enquadramento (PORTO, 2002) que promova a criminalização e estigmatização das manifestações, coisa que aliás está longe de estar circunscrita à cobertura de junho de 2013.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *In* SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações de rua do Brasil / Ermínia Maricato... [et al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MONDZAIN, José-Marie. **Sideração.** Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2014.

Occupy/ [David Harvey... et al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

PAIVA, Raquel. **Mídia e Política de Maiorias.** Livro: Comunicação e Cultura das Minorias, 2005.

_____. **Política:** Palavra Feminina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da Mídia e Política.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 2002.

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente.** São Paulo: Boitempo, 2012.

